



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

- ◆ Problema: Sistema de classificação do produto oneroso e ineficaz. Solução: Permitir classificação pelo setor privado, obedecidos os padrões oficialmente estabelecidos.
- ◆ Problema: Custo elevado dos defensivos e adubos. Solução: Permissão para importação de agrotóxicos.

Conclusão

As mudanças no ICMS e as medidas recentemente adotadas com relação ao prazo de financiamento das importações eliminaram parte importante dos problemas. É fundamental, agora, adotar as medidas que ofereçam um quadro de estabilidade e segurança para os investimentos que precisam ser feitos de modo a acelerar a retomada da produção.

Resta agora, com o apoio do Fórum Nacional da Agricultura, estabelecer um cronograma e um quadro de compromissos entre o setor privado e o governo para que se

crie um novo ambiente no setor e se comece, de fato, um novo capítulo, o da recuperação, na história do algodão brasileiro.

As entidades que participaram deste grupo de trabalho estão convencidas de que a recuperação do setor é possível e que é perfeitamente factível, caso as medidas recomendadas neste documento sejam implementadas pelos órgãos públicos responsáveis até 31 de julho de 1997, alcançar a meta de 500 mil toneladas de pluma já na temporada 1997/98, o que reduzirá o gasto com importações de US\$1 bilhão para US\$600 milhões.

GRUPO TEMÁTICO CAFÉ

Atender ao consumidor

LUIZ MARCOS SUPLYCY HAFERS

Segundo dados do anuário de 1997 do Coffee Business, tivemos, em 1996:

a) produção agrícola nacional de 27,5 milhões de sacas de 60kg a US\$94,08, ou seja, US\$2,587 bilhões;

b) produção industrial: consumo de 10,7 milhões de sacas de 60kg, menos 20% de perda na industrialização, o que significa 536,5 milhões de quilogramas a US\$4,9/kg, isto é, US\$2,629 bilhões;

c) exportação de US\$2,094 bilhões (verde e solúvel).

Valor adicionado: (b+c) de US\$4,7 bilhões.

O valor total dos negócios cafeiros em 1996 foi de US\$7,3 bilhões.

LUIZ MARCOS SUPLYCY HAFERS é presidente da Sociedade Rural Brasileira. Coordenador do Grupo Temático Café no FNA.

O autor agradece a colaboração da economista Sylvia Saes, da Fipe, na elaboração deste texto.



Nos últimos seis anos, o Brasil exportou uma média de 14,9 milhões de sacas de café verde (abaixo da média histórica de 18 milhões de sacas) e 2,4 milhões de café solúvel (equivalente a grão verde). O mercado interno de café, o segundo maior do mundo, tem apresentado um consumo crescente, chegando ao patamar de 10,7 milhões de sacas em 1996.

De janeiro a junho de 1997, o Brasil exportou 8,3 milhões de sa-

cas de 60kg (verde e solúvel), com o valor de US\$1,5 bilhão (15% do total das exportações agropecuárias do Brasil, segundo lugar após a soja).

Empregos e empresas

No segmento rural, estimam-se 350 mil produtores de café, que produzem uma média histórica de 25 milhões anuais de sacas beneficiadas (valor atual de US\$4,5 bilhões). As 70 cooperativas de café são responsáveis por cerca de 30% do total da comercialização desse produto.

O segmento processador se divide em dois flancos: a indústria de torrefação e moagem, com cerca de 1.700 empresas, e a de solúvel, com 11 empresas, voltadas principalmente para o mercado externo.

O segmento exportador é composto por cerca de 160 empresas, nas quais as 10 maiores são responsáveis por mais de 45% da comercialização.

Entidades e associações referentes apenas ao sistema agroindustrial do café:

- ♦ segmento rural: Conselho Nacional do Café;
- ♦ segmento industrial: indústria de torrefação, Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic); indústria de solúvel, Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel (Abics);
- ♦ congregando todos os segmentos: Conselho Deliberativo de Política Cafeeira (CDPC);
- ♦ organismos internacionais: Organização Internacional do Café (OIC) e Associação dos Países Produtores de Café (APPC).

Além destas, inúmeras associações regionais e as que não são específicas ao café, tais como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Caminhos da política do café

O café passou pelos anos de intervenção governamental, com resultados desastrosos para o negócio. As políticas voltadas ao setor tinham como finalidade principal maximizar receita cambial, a custo de perda de participação do café brasileiro no mercado internacional. A introdução de mecanismos para valorizar o preço internacional do café, tais como quotas de exportação e confisco cambial, distorceram o mercado e não privilegiaram a competitividade das empresas. Jogados na liberalização sem nenhuma preocupação de transição, o sistema está se organizando. Em outubro de 1996, a criação do CDPC, órgão responsável por gerir a política do sistema, foi um importante passo para sua reorganização.

O café já é um produto globalizado. Entretanto, numa economia aberta, se o mercado interno apresentar oportunidades de lucro, irá atrair o interesse de empresas que operam fora do país. A importa-

ção de café pode servir para atender a gravosidade da matéria-prima no mercado interno e também para implementar estratégias de segmentação e composição de *blends* variados. Embora ainda constitua um tabu, a importação de café para o mercado brasileiro não deve ser considerada uma ameaça, mas uma oportunidade para as torrefadoras e empresas de solúvel nacionais, como também um indutor de competição para o segmento produtor e para o exportador. Além disso, com a desregulamentação do mercado de café, percebe-se uma grande oportunidade para o sistema nacional que pode implementar estratégias de segmentação do mercado, conquistando nichos mais valorizados no mercado internacional.

No que tange à exportação, sabe-se que o café brasileiro sofre barreiras tarifárias, principalmente com relação ao café solúvel. Deve-se dar prioridade para o incentivo à diplomacia brasileira, amparada pelo setor privado para melhorar as condições de exportação do café do Brasil, negociando a redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias, e do tratamento discriminatório contra o Brasil.

Quanto ao Estado, seu papel é de parceiro e não de gestor ou protetor, com o objetivo de propiciar melhora da eficiência de todo o sistema produtivo. Todavia sua atuação no curto prazo, junto ao CDPC, é decisiva para que esse objetivo possa ser alcançado, pois dele dependem definições básicas das regras do jogo, para que as empresas do setor possam adotar ações estratégicas competitivas. Entre as condições básicas a serem definidas estão:

- ♦ venda dos estoques oficiais de café;
- ♦ saneamento financeiro da lavoura;
- ♦ viabilização de investimentos em pesquisas;
- ♦ criação de mecanismos de capitalização do Funcafé;



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

- ♦ definição da política de estoques estratégicos;
- ♦ definição da política externa junto às associações internacionais;
- ♦ desenvolvimento de instrumentos financeiros (CPR, Opções etc.).

No âmbito geral, a redução do custo Brasil é uma das reivindicações de todos os segmentos cafeeiros.

O FNA e o CDPC

No caso brasileiro, pode-se dizer que o CDPC, criado pelo sistema cafeeiro, é um precursor do Fórum Nacional da Agricultura. Com sua institucionalização, o sistema cafeeiro conseguiu se articular, quebrando o vácuo decisório em que a economia cafeeira se encontrava. Criavam-se portanto condições para a adoção de uma política do sistema cafeeiro mais afinada com o novo contexto de mudanças institucionais, cuja principal característica é o redimensionamento da interferência estatal na coordenação dos negócios privados. Nesse sentido, o FNA é um avanço maior, pois busca uma harmonização das políticas públicas e privadas no contexto dos sistemas agroindustriais brasileiros. Se traduz portanto numa articulação governo, setor produtivo, sociedade similar à implementada pela Farm Bill (EUA) e Política Comum na Comunidade Européia (UE), embora resguardando as particularidades de objetivos da política agrícola nos países desenvolvidos.

Recomendável seria a conscientização de que as ações da cadeia devem ser interdependentes na função de atender o consumidor. Qualquer desvio é fatal, como prova o passado.